

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PROAD 5295/2022

Data e horário: 27 de jun. de 2025 10:00 BRT

Local: VIRTUAL, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PARTICIPANTES			
Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador do Comitê	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dr. Marçal Henri dos Santos Figueiredo	Desembargador do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Luiz Antonio Colussi	Juiz do Trabalho, Vice-Diretor/Foro de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Carlos Cesar de Oliveira Aigner (suplente)	Assessor-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Ronaldo Felício do Espírito Santo	Chefe da Central de Monitoramento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Segurança Institucional

Secretário: João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PAUTA

A terceira reunião do ano foi iniciada às 10 horas do dia 27 de junho de 2025, sendo aberta e conduzida pelo Desembargador Lucena, que, após cumprimentar a todos(as), passou a palavra ao servidor Peixoto.

Assunto 1, Análise de pedido de avaliação sobre possíveis vulnerabilidades à integridade física dos magistrados de Passo Fundo, em razão da não disponibilização de estacionamento no Foro.

O servidor Peixoto informou a presença do sr. Juiz Luciano Cembranel, em face do primeiro tema abordado na reunião, e relatou o recebimento, por parte do Desembargador Lucena, de ofício oriundo da DCDF de Passo Fundo relativo ao tema. Após análise, foi confirmado, mesmo sem ameaças detectadas, maior vulnerabilidade em relação a riscos à integridade física dos magistrados de Passo Fundo, devido ao estacionamento externo. A vulnerabilidade fica evidente considerando que os magistrados estacionam na rua disputando vagas no mesmo local que as pessoas que participam de audiências utilizam. Salientou que a maioria das outras unidades judiciárias dispõe de estacionamentos internos, com acesso controlado, sendo Passo Fundo uma das exceções. Relatou que o prédio locado em Passo Fundo possui vagas de estacionamento disponíveis ao custo aproximado de R\$300,00 por vaga, e que a instalação de câmeras nesses locais é viável, preferencialmente integradas com a Central de Monitoramento, desde que haja anuência do condomínio e dotação orçamentária para compra dos equipamentos. O servidor Peixoto ressaltou, ainda, que a análise da Segurança se restringiu à questão de risco, enquanto unidade de apoio executivo do Comitê, não abrangendo aspectos de legalidade ou conveniência da locação, cuja análise é de responsabilidade de outras secretarias. Apresentou, como proposições,



para apreciação do Comitê, encaminhar resposta ao Foro e encaminhar o assunto à Presidência em expediente próprio (PROAD) com a avaliação técnica. Cedida à palavra ao sr. Juiz Luciano, Diretor do Foro de Passo Fundo, que, após cumprimentar a todos(as) e agradecer o convite do Des. Lucena, explicou que, embora na época da locação do prédio não houvesse vagas, a situação atual é diferente, com mais de 10 vagas disponíveis, suficiente para os seis magistrados que atuam em Passo Fundo. Ele enfatizou a exposição a riscos e a ocorrência de incidentes anteriores. Os Juízes Colussi e Raquel, por conhecerem a localização do Foro, corroboraram a situação de risco e a importância da proteção dos magistrados com a disponibilização de estacionamento interno no prédio. Por unanimidade, o Comitê aprovou as propostas da SecSeg, reconhecendo a necessidade de proteger os magistrados e equiparar, por isonomia, a situação do estacionamento de Passo Fundo aos demais foros e deliberou pelo encaminhamento à Presidência, como órgão consultivo, pelo atendimento do pedido do Foro de Passo Fundo com a locação das vagas de estacionamento, com base na avaliação da SecSeg.

Assunto 2, Necessidade de criação de um fluxo interno para solicitação de anuência do TRT4 por magistrados interessados na aquisição de armas de fogo de calibre restrito.

O servidor Peixoto esclareceu que a Polícia Federal passou a exigir a anuência do Tribunal para que magistrados adquiram ou renovem o registro de armas de calibre restrito; que já foi realizado expediente para o Juiz Max, que encaminhou formulário à Presidência, que o reenviou à SecSeg para instrução, com posterior anuência da Presidência; houve pedido do Juiz Max para que a atribuição fosse delegada da Presidência para o coordenador do Comitê; que incumbe ao Comitê avaliar qual o melhor fluxo interno para esta anuência. O Desembargador Lucena informou que já há uma minuta de alteração do normativo do CNJ com proposição do tratamento da questão pelos comitês. Por ser tema



meramente administrativo, o Comitê decidiu aguardar a nova resolução do CNJ, que já contempla a atribuição dessas questões aos comitês de segurança dos tribunais, e, assim, será mantido o fluxo atual de encaminhamento dos pedidos à Presidência, considerado o baixo volume de solicitações. Em complemento à questão, o servidor Peixoto trouxe a informação de que o Tribunal contratou 30 exames psicotécnicos para 2025 e 2026, destinados a magistrados interessados em adquirir armas, que podem contatar a Secretaria para indicação do profissional e agendamento do teste psicotécnico e, se desejarem, dos testes de tiro com instrutores do Tribunal. O Desembargador Lucena sugeriu que a Escola Judicial incluísse em seu cronograma uma capacitação periódica para magistrados interessados na aquisição de armas, abrangendo todo o fluxo (psicotécnico, testes de tiro e curso). O Desembargador Marçal e a Juíza Luisa apoiaram e afirmaram que cursos anteriores com temas semelhantes tiveram alta demanda. O servidor Peixoto e o Desembargador Lucena elaboraram melhor a questão dos treinamentos, e todos os participantes concordaram com os apontamentos. O Comitê deliberou que a Secretaria de Segurança encaminhe um comunicado à Escola Judicial solicitando a inclusão de curso específico para aquisição de armas em seu cronograma, com programa a ser elaborado pelos instrutores da SecSeg.

Assuntos 3 e 4, Relatos sobre o 3º Encontro Nacional de Presidentes e Coordenadores de Comissões de Segurança Institucionais dos Tribunais Regionais do Trabalho, em conjunto com Informações sobre visitas institucionais para consolidação das redes de contatos.

O Desembargador Lucena comentou que o COLEPRECOR tem uma Comissão de Segurança e, a partir dela, têm-se organizado reuniões semestrais dos Coordenadores de Comitês e Gestores da Segurança,



sendo a mais recente (terceira reunião) no TRT2 e a quarta a ser organizada, e inclusive ele colocou o TRT4 à disposição para que a próxima fosse feita aqui em Porto Alegre; relatou que houve amplas trocas de informações, com reforço da rede de contatos entre todos os Tribunais do Trabalho e que incluiu palestras de segurança, de temas de inteligência, de preparo dos Agentes da Polícia Judicial e, também, demonstrações de simulações em ambientes confinados para agentes de segurança e visitas a estruturas de monitoramento remoto com reconhecimento facial, sendo o TRT2 o único tribunal que tem estrutura específica para este preparo dos Agentes. Relatou, ainda, as visitas institucionais de intercâmbio desde o início do ano, no V COMAR, na Polícia do Exército, no Colégio Militar, na Polícia Rodoviária Federal, que o Tribunal recebeu visita do Comando Regional dos Bombeiros. Destacou que a Justiça do Trabalho do TRT4 está plenamente integrada no circuito de segurança e inteligência, sendo lembrada por outras instituições, como no pedido de empréstimo do Salão Nobre para a posse da nova chefia de polícia do Rio Grande do Sul. O servidor Peixoto, em complemento, destacou a importância das redes, pela integração entre as áreas de inteligência ligadas à segurança, e as oportunidades de capacitação oferecidas, porque chegaram convites, como o da Polícia do Exército, para o estágio de autoridades (curso destinado a magistrados) e um estágio de proteção para agentes, organizados pelo Comando Militar do Sul, que são muito completos.

Assuntos gerais.

O servidor Peixoto abordou, em Assuntos Gerais, a notícia de ameaça à magistrada do Foro de Porto Alegre, [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

[REDACTED]

Ainda, em Assuntos Gerais, o Juiz Colussi questionou sobre quando entrará em funcionamento o novo sistema de segurança no Foro de Porto Alegre. O servidor Peixoto esclareceu que as questões de configuração do sistema do controle causaram atraso na implementação; que a expectativa é de que provavelmente o sistema esteja em funcionamento em julho, com ampla e prévia divulgação. Referiu que a implementação visa melhorar a segurança do Foro, com guichês específicos e recepcionistas para agilizar o fluxo de advogados e visitantes; que serão implementados novos crachás com chip interno para servidores, diferente dos atuais que não oferecem segurança. Disse que haverá biometria digital para magistrados para um acesso mais rápido; e que há planos para implementar biometria facial no próximo ano para magistrados.

O Desembargador Lucena agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a reunião às 11h10min.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

1 - Aprovada por unanimidade o encaminhamento à Presidência, na qualidade de órgão consultivo, de comunicação pelo atendimento do pleito formulado pela Direção do Foro de Passo Fundo relativo à locação das vagas de estacionamento aos magistrados, no prédio onde está localizado o Foro. Ficou deliberado, também, que a Secretaria de Segurança responderá formalmente ao Foro, informando do encaminhamento do pleito à Presidência.

2 - Deliberada a comunicação à Escola Judicial solicitando a inclusão, no cronograma de cursos, de curso específico, relacionado à aquisição de armas por magistrados, com programa de curso elaborado pelos instrutores de tiro da Secretaria de Segurança Institucional.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Encaminhar à Presidência comunicação pelo atendimento do pleito formulado pela Direção do Foro de Passo Fundo, para locação das vagas de estacionamento	Secretaria de Segurança Institucional	15-07	
Encaminhar à Escola Judicial solicitação de inclusão de curso de armas, para magistrados, com programa elaborado pelos instrutores de tiro.	Secretaria de Segurança Institucional	30-07	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.